



Legislativo em Pauta

INFORMATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA - 17ª LEGISLATURA - ANO 8 - Nº. 662
5ª FEIRA – 20/09/2018

Confira os destaques da sessão ordinária desta quinta-feira (20):

SEGUNDA DISCUSSÃO

Autoriza a abertura de crédito para compra de equipamentos de praça do jardim Santa Rita (PL nº 132/2018) – Iniciativa do Executivo, o projeto tramita em regime de urgência para abrir Crédito Adicional Especial junto à Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação (SMOP), no valor de R\$ 50 mil, para aquisição de equipamentos e materiais destinados à Praça dos Esportes e da Cultura do Jardim Santa Rita (zona Oeste). O autor justifica que durante a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA / 2018) não foi prevista a referida despesa e que o Município tem interesse em dar continuidade ao convênio com o Ministério da Cultura / Caixa Econômica Federal que possibilitou a construção da Praça. Ainda de acordo com o Executivo, os recursos para as aquisições são oriundos de superávit demonstrado por meio de balancete financeiro. Acolhendo pareceres técnicos, as comissões de Justiça, Legislação e Redação e de Finanças e Orçamento manifestaram-se favoravelmente ao projeto. Quorum: 10 votos.

PRAZO PARA EMENDAS

Congela as atuais alíquotas do IPTU (PL 113/2018) - O presidente em exercício da Câmara, vereador Ailton Nantes (PP), deverá anunciar o prazo de sete dias úteis para apresentação de emendas ao projeto de lei nº 113/2018, de autoria do Executivo, que altera a lei municipal nº 12.575/2017 para manter fixas as alíquotas para cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) a partir de 2019, sem escala de descontos. A proposta, que tramita em regime especial, prevê a cobrança de um valor fixo de 0,6% sobre o valor venal dos imóveis edificados e de 1,8% sobre o valor venal dos imóveis não edificados, em substituição às atuais alíquotas de 1% e 3%, respectivamente. Para os imóveis não edificados que excedam a 10.000 metros quadrados, será fixado o percentual de 0,9% em substituição à atual alíquota de 1,5%.

A lei nº 12.575, aprovada no final de 2017, estabeleceu percentuais de redução de desconto para aplicação sobre as atuais alíquotas, que começam em 40% em 2018 e chegam a 5% em 2023. Com a nova proposta do Executivo estes percentuais deixariam de existir.

O autor justifica que ao atualizar a Planta Genérica de Valores (PGV) no ano passado, parcela significativa dos imóveis tiveram acréscimo nos valores do IPTU, e que estes valores continuariam a ser majorados nos exercícios seguintes em função da sistemática adotada de descontos regressivos para definição da alíquota integral. O Executivo informa ainda que a proposta

apresentada por meio do projeto de lei é fruto de sugestões da sociedade civil organizada, Câmara de Vereadores e Ministério Público, e que, se aprovada, não implicará em impacto financeiro, pois não haverá redução de valor em relação ao valor lançado no exercício de 2018. Somado a isto, lembra o autor, a proposta orçamentária para o exercício de 2019 não projetou aumento de alíquota, assim o valor da receita não será afetado.

Acolhendo pareceres técnicos, as comissões de Justiça, Legislação e Redação; de Finanças e Orçamento; de Política Urbana e Meio Ambiente e de Desenvolvimento Econômico emitiram pareceres favoráveis ao projeto.

REDAÇÃO FINAL

Obriga o uso de detector de documentos falsos em motéis (PL nº 76/2018)

– De autoria do vereador Tio Douglas (PTB), o projeto obriga a existência e o uso de equipamento ou lanterna detectora de documentos falsos, especialmente carteira de identidade, por parte dos motéis e estabelecimentos similares instalados no município. O projeto também prevê que estes estabelecimentos mantenham em local visível, placa com o número Disque 100, para denúncias sobre a inexistência da lanterna. Os estabelecimentos deverão se adequar à nova regra em 30 dias, caso contrário estarão sujeitos a notificação na primeira infração; multas que variam de R\$ 500,00 a R\$ 1.000,00 na segunda e terceira infrações e cassação do alvará de funcionamento na quarta infração. O projeto foi aprovado com emenda redacional apresentada pela Comissão de Justiça, Legislação e Redação. Quorum: maioria simples.

SEGUNDA DISCUSSÃO

Obriga as escolas a elaborarem Plano de Evacuação para emergências (PL nº 57/2018)

– Autoria do vereador Ailton Nantes (PP), o projeto torna obrigatória a elaboração de um Plano de Evacuação com planejamento prévio e treinamento para evacuações emergenciais na rede pública de ensino do Município. De acordo com o projeto, cada instituição deverá elaborar seu Plano de Evacuação específico, que será submetido à análise e aprovação do Corpo de Bombeiros. O funcionamento da escola ficará condicionado a esta aprovação. O autor informa que a proposta nasceu após divulgação da tragédia em escola municipal de Realengo (RJ), em abril de 2011, quando um ex-aluno entrou atirando em uma sala de aula da instituição e matou 12 crianças.

A Comissão de Justiça solicitou a manifestação da Secretaria Municipal de Educação (SME); Corpo de Bombeiros; Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e Secretaria Municipal de Defesa Social. O Corpo de Bombeiros e o CMDCA manifestaram-se favoravelmente ao projeto, enquanto a Secretaria de Defesa Social solicita a inclusão da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil de Londrina (COMPDEC) no projeto de lei. A Comissão de Justiça votou favoravelmente à tramitação do projeto, com voto em separado dos vereadores José Roque Neto (PR) e Vilson Bittencourt (PSB). As comissões de Educação, Cultura e Desporto e de Segurança Pública emitiram voto favorável à matéria. Quorum: 10 votos.

PRIMEIRA DISCUSSÃO

Institui no município o Projeto Castramóvel (PL nº 11/2017) – De autoria da vereadora Daniele Ziober (PP), o projeto tramita na forma do substitutivo nº 1 e cria no município o serviço público permanente de controle da natalidade de cães e gatos, também chamado de Projeto Castramóvel. De acordo com a proposta o serviço será realizado por meio de unidades móveis destinadas à castração de forma cirúrgica e/ou química e à educação em saúde, com palestras sobre guarda responsável e bem-estar animal. Será possível ainda a celebração de convênios e parcerias com entidades de proteção animal e outras organizações não governamentais, universidades, estabelecimentos veterinários, empresas públicas ou privadas e entidades de classe para viabilizar a implantação do serviço. Por meio do substitutivo nº 1 a vereadora Daniele Ziober adequou a redação do projeto à lei federal nº 13.426/2017, que trata da política de controle de natalidade de cães e gatos, e para tornar a proposta autorizativa.

A Comissão de Justiça, Legislação e Redação não acolheu o parecer da assessoria jurídica, e manifestou-se favoravelmente ao projeto na forma do substitutivo nº 1. As comissões de Política Urbana e Meio Ambiente; de Seguridade Social e de Administração, Serviços Públicos e Fiscalização acolheram análise da assessoria técnico-legislativa e emitiram pareceres prévios sugerindo a manifestação da Secretaria Municipal do Ambiente; Vigilância Sanitária; Comissão de Defesa dos Animais da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-Londrina); SOS Vida Animal; Associação Defensora dos Animais Londrina (ADA); Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV) e Projeto Sete Vidas. A SOS Vida Animal e a OAB manifestaram-se favoravelmente à proposta, enquanto a Autarquia Municipal de Saúde salientou a necessidade de contar com recursos humanos e financeiros permanentes para que o projeto não sofra descontinuidade. O CRMV alertou para a necessidade de verificar se não serão maiores os benefícios resultantes de convênio com clínicas e hospitais veterinários, que já possuem a estrutura adequada para a realização de tais procedimentos.

A Comissão de Seguridade Social votou favoravelmente ao projeto, enquanto as comissões de Política Urbana e Meio Ambiente e de Administração, Serviços Públicos e Fiscalização emitiram parecer prévio solicitando a manifestação dos cursos de Medicina Veterinária da Unifil, da Unopar e da UEL, além das direções dos hospitais e clínica veterinária das três instituições de ensino. A Unopar e a UEL manifestaram-se favoravelmente ao projeto, com algumas ressalvas, como a necessidade de uma instituição com atendimento 24 horas para apoio aos possíveis casos de complicações pós-operatórias. As comissões também solicitaram a realização de audiência pública para debater a proposta, que foi realizada no dia 27 de agosto. As comissões de Política Urbana e Meio Ambiente e de Administração, Serviços Públicos e Fiscalização manifestaram-se favoravelmente ao projeto. Quorum: 10 votos.

PEDIDO DE INFORMAÇÃO

Os Pedidos de Informação (PIs) estão previstos no Regimento Interno e o prazo inicial para as respostas do Executivo à Câmara de Vereadores é fixado em 15 dias úteis, prorrogáveis por igual período desde que devidamente

justificado. Quorum para aprovação dos Pedidos de Informação: maioria simples.

Reserva de vagas para veículos de ambulantes (PI nº 170/2018) – O vereador Roberto Fú (PDT) deseja saber quando começará a ser cumprida a lei nº 12.710/2018, sancionada em março deste ano, que prevê a reserva de espaço nas vias públicas para veículos e trailers de ambulantes.

PRORROGAÇÃO DE PRAZO para responder PEDIDOS DE INFORMAÇÃO

Os vereadores e vereadora discutem na sessão desta tarde a solicitação do Executivo de prorrogação de prazo para resposta aos seguintes PIs:

Softwares desenvolvidos e implantados no Município (PI nº 160/2018) – O vereador Eduardo Tominaga (DEM) solicita informações sobre os softwares desenvolvidos e implantados no Município entre 2012 e 2018 e quais ainda estão em desenvolvimento.

Tratamento fora do domicílio (PI nº 165/2018) – O vereador Felipe Prochet (PSD) solicita dados sobre o número de usuários do programa denominado Tratamento Fora do Domicílio (TFD), que oferece ajuda de custo para casos de doenças não tratáveis no município de origem. Entre outras informações, o vereador deseja saber a quantidade de usuários do TFD no município; qual o valor repassado para pernoite e alimentação; e quais hospitais de Londrina atendem pelo TFD atualmente, entre outras informações.

AGENDA

Sexta-feira, 21 de setembro

10 horas - Reunião pública coordenada pela Comissão de Administração, Serviços Públicos e Administração, composta pelos vereadores Filipe Barros (PSL), Amauri Cardoso (PSDB) e Valdir dos Metalúrgicos (SD), para discutir o **“Projeto Pró Igapó e consequências ambientais”**. O projeto foi lançado em agosto pela Prefeitura e visa combater a poluição e sujeira do lago por meio de tecnologia probiótica capaz de decompor o lodo e consumir os gases nocivos. A reunião será realizada na sala de sessões, com transmissão *online* pelo site www.cml.pr.gov.br.

FALE COM OS VEREADORES E VEREADORA

Ailton Nantes (PP)	3374-1380	ailtonnantes@cml.pr.gov.br
Amauri Cardoso (PSDB)	3374-1378	amauricardoso@cml.pr.gov.br
Daniele Ziober (PP)	3374-1372	danieleziober@cml.pr.gov.br
Eduardo Tominaga (DEM)	3374-1381	eduardotominaga@cml.pr.gov.br
Estevão da Zona Sul (sem partido)	3374-1371	estevaodazonasul@cml.pr.gov.br
Felipe Prochet (PSD)	3374-1384	felipeprochet@cml.pr.gov.br
Filipe Barros (PSL)	3374-1374	filipebarros@cml.pr.gov.br

Guilherme Belinati (PP)	3374-1390	guilhermabelinati@cml.pr.gov.br
Jairo Tamura (PR)	3374-1370	jairotamura@cml.pr.gov.br
Jamil Janene (PP)	3374-1375	jamiljanene@cml.pr.gov.br
João Martins (PSL)	3374-1373	joaomartins@cml.pr.gov.br
José Roque Neto (PR)	3374-1385	joseroqueneto@cml.pr.gov.br
Junior Santos Rosa (PSD)	3374-1383	juniorsantosrosa@cml.pr.gov.br
P. Gerson Araújo (PSDB)	3374-1388	pastorgersonaraujo@cml.pr.gov.br
Péricles Deliberador(PSC)	3374-1389	periclesdeliberador@cml.pr.gov.br
Roberto Fú (PDT)	3374-1376	robertofu@cml.pr.gov.br
Tio Douglas (PTB)	3374-1380	tiodouglas@cml.pr.gov.br
Valdir dos Metalúrgicos (Solidariedade)	33-741382	valdirdosmetalurgicos@cml.pr.gov.br
Vilson Bittencourt (PSB)	3374-1379	vilsonbittencourt@cml.pr.gov.br

EXPEDIENTE

O Informativo **LEGISLATIVO EM PAUTA** é uma publicação eletrônica da CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA

MESA EXECUTIVA 2018

Ailton Nantes (presidente em exercício), **Filipe Barros** (1º secretário); **Eduardo Tominaga** (2º secretário) e **João Martins** (3º secretário)

Coordenação Ana Paula Rodrigues Pinto MTB 2277PR **Redação** Silvana Leão MTB 2502PR **Fotografia** DP Torrecillas Fotojornalismo **Fones** (43) 3374-1326 e 3374-1327